

# A (I)Maturidade da Relação entre a União Europeia e a Rússia

Sandra Dias Fernandes\*

A afirmação de Nikonov (2004), “Russia is too big and too Russian”, acerca do seu lugar na Europa, ilustra o papel *sui generis* da Federação Russa na recomposição do sistema internacional europeu. Os anos 90 foram uma década transitória em que as questões de segurança internacional se colocaram de uma forma renovada, nomeadamente na Europa. Um dos principais desafios foi a aproximação entre antigos inimigos da Guerra Fria. O período após a era bipolar correspondeu a uma tendência de aproximação da Rússia à União Europeia (UE) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), substancializada em quadros institucionais de cooperação. Os resultados permitiram passar de uma lógica de confronto da época bipolar a uma lógica de parceria, embora com dificuldades. A existência simultânea de lógicas tradicionais, descritas no trabalho de Schmitt<sup>1</sup> (modelo da inimizade e lógicas de dominação na segurança), e novas lógicas pós-schmittianas (interdependências e interpenetração entre os domínios interno e externo), complexificam também as vias possíveis na procura de afirmação. O principal obstáculo à relação, durante os anos 90, foram os alargamentos da NATO e da UE e os conflitos decorrentes da desintegração da ex-Jugoslávia. A Rússia incerta da era leltine também deixou lugar a um país mais credível na cena internacional com Putin, a partir de 2000.

Paralelamente, esses actores, importantes para a segurança na Europa, adaptaram-se internamente às evoluções geradas pelo colapso da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Para a UE, tratou-se de um movimento ambicioso de alargamento e aprofundamento (institucionalização da sua Política Externa e de Segurança Comum (PESC), desde 1992, e da sua Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), desde 1999. Quanto à NATO, ela reformulou o seu conceito estratégico de segurança reflectindo, em parte, a evolução do conceito de “segurança internacional”, com uma abordagem global e cooperativa à segurança e a importância dada ao diálogo e à parceria, nomeadamente com os antigos inimigos, com vista ao alargamento. Moscovo também atravessou adaptações internas. A Federação Russa é um Estado nascido de um colapso e foi influenciado pelas tentativas de formar um Estado-nação, as dificuldades em manter a unidade nacional e as relações de poder entre o centro e a periferia<sup>2</sup>.

O objectivo da presente análise consiste em caracterizar a aproximação estratégica entre a UE e a Rússia e as suas consequências no sistema europeu de segurança, no contexto da estabilidade<sup>3</sup> relativa que a Europa tem vivido

---

\* A autora é docente na Universidade do Minho, na área de Ciência Política e Relações Internacionais. O seu trabalho científico foi agraciado com o Prémio Jacques Delors 2005.

nessa sequência histórica curta. Atendemos, em especial, às evoluções mais recentes da relação no pós-11 de Setembro. 2007 é um ano propício aos balanços sobre a relação uma vez que termina a vigência do actual Acordo de Parceria e Cooperação (PCA)<sup>4</sup> e que são visíveis as consequências do alargamento da UE a Leste (à antiga esfera de influência da ex-URSS) e de uma mudança da política externa russa, mais assertiva. Na parte I, analisamos o sistema internacional (SI) e a distribuição do poder após 1991, a fim de caracterizar as novas lógicas cooperativas, utilizando os quadros teóricos das relações internacionais. Na Parte II, apresentamos de forma dialéctica as principais concretizações e obstáculos na relação, centrando a análise nos desenvolvimentos mais recentes a fim de estabelecer um balanço da relação hodierna.

### **Parte I: O sistema internacional pós-Guerra Fria, a segurança europeia e o conceito de “cooperação”**

O fim da Guerra Fria e o próprio desaparecimento da URSS, em 1991, marcam o epílogo de um período da história das relações internacionais, definido pela bipolaridade no sistema das relações internacionais. Tal como a Segunda Guerra Mundial tinha representado um ponto de viragem radical, o fim da Guerra Fria também veio alterar de forma total o quadro estratégico. Essa transformação repercutiu-se em todos os espaços geopolíticos. A implosão da URSS contribuiu para uma desestabilização regional e a substituição da ameaça nuclear por perigos difusos, criando vazios de poder regionais. Novas medidas de segurança colectiva e defesa foram então necessárias. O exemplo mais saliente é porventura o caso da ex-Jugoslávia. Com esses fenómenos, surgem novas responsabilidades internacionais para as grandes potências, devido nomeadamente às novas tendências internacionais: a fragmentação dos poderes e a integração regional (Kaminsky e Kruk, 1993: 126). A competição desloca-se do âmbito de *high politics* para *low politics*, num mundo multipolar: as rivalidades económicas entre as grandes potências conjugam competitividade e solidariedade (1993: 126). Assim, uma das dimensões do relacionamento internacional, a cooperação, retoma uma maior importância no pós-Guerra Fria. Naquilo que Renouvin e Duroselle chamam as “forças profundas” das relações internacionais, e que são as variáveis e as dimensões de análise das relações internacionais, estão incluídos os factores geográficos (1991: 6-29). O “olhar geopolítico” é útil para o estudo das questões de segurança internacional, uma vez que aponta para elementos de continuidade. Lorot e Thual (2002) reflectem sobre aquilo que consideram poder vir a constituir os factores estruturantes do mundo geopolítico do século XXI. Os autores realçam a riqueza económica como novo e primeiro critério de poder e também a importância dos factores imateriais, o *soft power* ou a capacidade de mobilização social. Assim, dá-se uma primazia dos elementos económicos sobre a reflexão estratégica (2002: 110). A procura do poder (sob novas formas), como principal motivo da acção dos actores geopolíticos, manter-se-á, portanto, como uma preocupação essencial dos dirigentes políticos (2002: 124). A geoeconomia surge então como uma nova modalidade de interpretação das disputas pelo poder (Ross, 2000: 3).

A crescente importância das lógicas económicas nas relações internacionais entre Estados modifica as suas concepções estratégicas, embora o problema da paz continue a ser uma dimensão central das relações internacionais<sup>5</sup>. Essa abordagem permite, por exemplo, explicar melhor o papel mundial da UE, baseado no comércio internacional e não numa verdadeira política externa comum de segurança e defesa. A Europa tem desse modo um espaço

dinâmico próprio no sistema global, definido em relação aos EUA, que ocupam um lugar hegemónico (mundo unimultipolar). Esse espaço não escapa às suas lógicas e condicionantes mas tem um papel específico, tanto activo como passivo, que devemos analisar. As relações institucionais e as escolhas estratégicas dos actores europeus para a construção da estabilidade do continente, num contexto de paz relativa, são por isso alvo da nossa reflexão. As relações internacionais da década de 90 são fundamentais para analisar o sistema de segurança europeu. Perspectivar o padrão da segurança colectiva europeia implica, portanto, uma análise sobre a possibilidade de autonomia relativa ou uma continuação do século XX (dependência em relação ao superpoder norte-americano).

Interrogarmo-nos sobre o sistema de segurança europeu e analisar os modos de aproximação estratégica entre Bruxelas e Moscovo, através da procura de mecanismos de acomodação, implica o uso do conceito de “cooperação internacional”. A noção faz parte do quadro teórico-conceptual de duas concepções distintas das relações internacionais, a realista e a liberal, tendo, no entanto, uma importância e um valor explicativo diferenciados. Reflectir sobre a institucionalização das questões de segurança no continente europeu no período pós-Guerra Fria remete-nos para o fundador da corrente clássica do pensamento liberal das relações internacionais: Grócio (1583-1645). Este último atribui às relações internacionais uma ordem baseada em princípios jurídicos, princípios de direito racional ou natural e, daí, universais, porque aplicáveis a todos (Ramel, 2002: 99). Os liberais contemporâneos, herdeiros dessa matriz, contrapõem-se assim ao paradigma realista dominante, baseado na ordem anárquica do SI e no conseqüente dilema de segurança. Propomo-nos considerar o conceito de “cooperação” como elemento explicativo central para delinear a divisória entre o realismo estrutural de Waltz (2002) e o chamado “institucionalismo neoliberal” de Keohane (1989). Num SI perspectivado no quadro teórico-conceptual realista, os Estados só cooperam quando a cooperação permite servir melhor o seu interesse nacional, não existindo um verdadeiro interesse comum. O sistema mundial é fundamentalmente competitivo e conflitual, embora a cooperação aconteça nas suas margens. Os incentivos para os Estados procurarem sobrepor-se a outros são muito grandes (sobrevivência e procura de uma posição dominante). A cooperação é portanto circunscrita e uma excepção. Retomando o pensamento clássico de Hobbes (1588-1679), inspirador do realismo, o homem é por natureza egoísta e calculista. Na esfera das relações internacionais, existe um estado de natureza em que o recurso à violência é considerado como a expressão normal do antagonismo das soberanias (Roche, 1999: 20). Fica assim postulada a oposição entre a ordem interna (na qual o pacto social permitiu aos homens ultrapassar a luta constante de todos contra todos) e a ordem externa. O Estado não poderia ser submetido a nenhuma regra exterior a ele, isto é, fora da vontade exprimida pela sociedade interna (Roche, 1999: 22).

Ramel realça que a filosofia hobbesiana das relações internacionais coloca o Estado e a guerra no âmago de todos os fenómenos e leva à primazia da política externa (2002: 120). Assim, o carácter irreduzível desse estado de guerra potencial entre Estados afasta qualquer projecto de paz perpétua<sup>6</sup>. Podemos considerar que os teóricos que contribuíram significativamente para a formulação do quadro conceptual realista foram Morgenthau (1985), Waltz (2002) e Mearsheimer (2001). O contributo de Waltz salienta-se de modo especial porque representa uma reformulação do realismo clássico. O seu “realismo estrutural” baseia-se no sistema, e não na natureza humana egoísta, como método para explicar as relações internacionais. Também é um realismo algo defensivo, uma vez que o objectivo dos Estados não é maximizar o seu poder, mas manter a balança de poder (*statu quo*).

Não negando o pano de fundo em que as relações internacionais se desenrolam (a anarquia), os institucionalistas liberais apontam para a importância exagerada que é dada aos efeitos da anarquia sobre o comportamento estadual (Griffith e O'Callaghan, 2002: 4). O esforço produzido por Keohane e Nye (1977) entronca nessa crítica. Os autores introduziram o conceito de "interdependência complexa" para uma teorização mais ambiciosa do SI, nos casos em que tinham ocorrido mudanças importantes de carácter transnacional. As três mudanças principais eram: a interdependência crescente dos Estados em diversas áreas (bens de consumo, segurança, etc.), o enfraquecimento da capacidade de tomada de decisão do Estado face à economia global, e o aumento da vulnerabilidade dos Estados em correlação positiva com a interconexão entre Estados. Assim, aqueles teóricos anteciparam o fenómeno da globalização, que se aprofundou nos anos 80 e 90, e o fenómeno da complexificação da rede de actores das relações internacionais. A mudança representou um desafio ao papel tradicional do Estado: "To many theorists of interdependence, the crude power politics of the cold war years appeared to be giving way to a more cooperative and ruled-governed world" (Griffith e O'Callaghan, 2002: 157). A "interdependência complexa" veio então condicionar o cálculo racional do Estado, tradicionalmente baseado no interesse nacional puro, num mundo estruturalmente anárquico. O mérito principal de Keohane e Nye foi o de fornecer uma análise sobre a mudança nas relações internacionais.

Assim, para além da controvérsia entre liberais e realistas sobre a valorização da continuidade e da mudança, e sobre os efeitos da anarquia, essas perspectivas das relações internacionais fazem avaliações distintas sobre a relação de causa a efeito entre as instituições internacionais e a estabilidade do sistema internacional. Por instituições internacionais entende-se, no sentido lato de Bull, uma combinação de ideias, práticas e normas comuns (Holsti, 1998: 12). Também se entende que elas são as regras que estipulam a maneira como cada Estado deve cooperar e competir com os outros Estados (Mearsheimer, 1998: 333). Por estabilidade, pode entender-se a paz ou a manutenção de uma situação particular de distribuição de poder. Assim, qualquer que seja a explicação da natureza e das causas da cooperação institucional, ela constitui um dado das relações internacionais, nomeadamente no que diz respeito às questões de segurança na Europa no pós-Guerra Fria. A existência de várias organizações internacionais, embora de natureza diferente, que cobrem a área da segurança europeia, evidencia esse facto: a UE, a NATO, a Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), o Conselho da Europa e a União da Europa Ocidental (UEO)<sup>7</sup>. Ao centrar a análise em aspectos institucionais (cooperação) privilegiamos, é certo, o quadro conceptual neoliberal, mas não apartamos o quadro realista. A sustentação teórica da nossa análise privilegia portanto o institucionalismo neoliberal, mas também se encontra em premissas do realismo. As relações internacionais, em geral, e mais concretamente a relação entre a UE e a Federação da Rússia, não podem ser adequadamente abordadas sem considerar as questões de poder e a condição estrutural do sistema internacional, ou seja, a anarquia. É de salientar que Keohane e Nye partilham com os realistas a visão anárquica do sistema internacional<sup>8</sup>. No entanto, é a própria anarquia que constrange os Estados a cooperarem e são as instituições internacionais que podem facilitar a cooperação (tendo em conta os imperativos assinalados no dilema do prisioneiro), porque diminuem a incerteza quanto ao comportamento de outros actores, e porque favorecem a comunicação e a repetição dos jogos cooperativos. Não pretendemos confundir os dois enunciados teóricos mas usufruir do quadro conceptual neoliberal naquilo que ele tem de mais próximo com o neorealismo,

e na medida em que corrige algumas das suas lacunas, nomeadamente no que diz respeito aos fenómenos de cooperação e à diversificação dos actores no SP<sup>9</sup>.

É porventura crucial ter consciência de que a “mistura de continuidade e mudança que caracteriza o mundo no dealbar no século XXI, torna impossível chegar a uma explicação única, fácil e sintética” (Nye, 2002: 7). Esta afirmação converge para o reconhecimento das teorias parciais e de nível intermédio das relações internacionais, no quadro das ciências sociais, porque, apesar de não oferecerem leis universais, as teorias complementam-se para a análise dos fenómenos das relações internacionais.

A concepção liberal das relações internacionais radica, hoje, essencialmente no institucionalismo neoliberal, o qual assenta na seguinte hipótese: as instituições são um meio-chave para promover a paz e um instrumento que gera maior estabilidade. Parece, assim, pertinente medir o grau de estabilidade (questões de segurança) no continente europeu, com base na institucionalização das relações entre os principais pólos de poder. A perspectiva teórica adoptada não rejeita o paradigma estado-cêntrico mas também é inserida a variável de análise institucional. O elemento utilizado para permitir essa perspectiva é a cooperação internacional.

## **Parte II: Balanço da cooperação UE-Rússia: uma relação estratégica, necessária e de longo prazo**

### **II.1. Uma aproximação estratégica, lenta e progressiva**

A UE e a Rússia geraram desde o fim da Guerra Fria uma parceria estratégica, baseada institucionalmente no Acordo de Parceria e Cooperação (PCA), de 1997, e nos documentos estratégicos recíprocos, de 1999. A expressão mais visível desta parceria reside no diálogo político, através das cimeiras de alto nível bianuais, desde 1998, que proporcionaram o desenvolvimento qualitativo das disposições previstas nos quadros institucionais criados. Assim, a evolução é mais assinalável nos domínios económicos e comerciais, sendo mais tardia a criação de um diálogo político de segurança e defesa, a partir de 2000. Com a iminência do quinto alargamento da UE de Maio de 2004, Bruxelas salientou a necessidade de uma verdadeira relação estratégica com efeitos práticos que ultrapasse os grandes discursos políticos. Em 2003, ela clarificou a sua visão política enquanto UE alargada através do conceito “Wider Europe” e da sua decorrente Política Europeia de Vizinhança (European Commission, 2003, 2003b, 2003c). Os efeitos dessa nova visão deixam afigurar desde já uma relação mais exigente, nomeadamente no tratamento dos conflitos na nova fronteira comum com a Rússia (com mais cerca de 2200 km) e com os Novos Estados Independentes (NEI)<sup>10</sup>.

A Federação Russa tornou-se, desde o último alargamento, o maior vizinho da UE. Bruxelas assumiu o objectivo estratégico de criar segurança na sua vizinhança, nomeadamente no documento “European Security Strategy” de Dezembro de 2003 (Conselho Europeu, 2003). A base do relacionamento entre a UE e a Rússia é enunciada em todo o quadro de cooperação existente e consiste na partilha de princípios e valores comuns seguintes: o Estado de Direito, a boa governação, o respeito pelos Direitos humanos, a promoção de uma boa relação de vizinhança, e os princípios de uma

economia de mercado e de desenvolvimento sustentável (European Commission, 2004). Em continuidade, a UE coloca uma condicionalidade prévia ao desenvolvimento da sua Política de Vizinhança, ainda em construção: ela dependerá da partilha efectiva de valores entre a UE e os Estados parceiros.

As relações entre a UE e a Rússia são conduzidas institucionalmente por três instrumentos políticos principais: o PCA, a Estratégia Comum, o programa TACIS<sup>11</sup> e, em certa medida, a Dimensão Nórdica. O PCA teve efeitos no diálogo político desde 1994, ano da sua assinatura, embora tenha entrado em vigor em 1997. Toda a institucionalização da relação decorre desse acordo fundador. A agenda e os métodos de cooperação são determinados em grande medida pela UE. A vertente económica do PCA, assim como a assistência técnica através do TACIS, foram as que tiveram mais aplicação. O documento estratégico russo foi elaborado após o documento europeu, acima referido, e o seu conteúdo é em grande parte convergente com o seu homólogo europeu. Os assuntos de *high politics* começaram, no entanto, a entrar na relação bilateral através das cimeiras bianuais, a partir de Outubro de 2000, mas ainda careciam de acções concretas em 2001. As matérias contenciosas foram evitadas até então, mas o diálogo político aprofundou-se no que diz respeito aos assuntos de segurança e perdurou, atravessando as crises que surgiram na relação (Kosovo e Chechénia). As cimeiras têm dado conteúdo ao estipulado nos documentos estratégicos e existe continuidade e congruência entre todos os documentos produzidos. A emergência das questões de segurança na agenda bilateral corresponde ao momento de maior desenvolvimento da vertente de segurança e defesa da UE (PESC/PESD), a partir de 1999. Assim, a evolução dos modos de aproximação institucional depende da evolução das duas partes: da própria UE em termos de comunitarização e definição do II Pilar, e da evolução da política externa russa. Existe ainda, portanto, uma margem vasta para melhorar o diálogo político e a cooperação mas já existe um *acquis* nesse âmbito. Spiegeleire afirma: “Over the past decade, Western Europe has pursued a patient but determined long-term strategy of re-integrating Russia into Europe, and thence into the world” (2002: 7). A relação entre a Rússia e o Ocidente deve ser encarada e trabalhada a longo prazo. A UE tem desenvolvido esse trabalho através dos seus quadros de cooperação institucionalizados: a principal virtude do PCA foi a criação do diálogo político, ou seja, propiciou-se sinais positivos que criaram confiança. Esse facto tende a validar externamente a teoria institucionalista-liberal (ver Parte I), segundo a qual a cooperação gera cooperação.

No período pós-11 de Setembro, Bruxelas e Moscovo atravessaram mudanças significativas, no que diz respeito às visões estratégicas das partes sobre as suas parcerias para a segurança internacional, e às suas próprias evoluções internas. A UE concretizou a sua PESC/PESD com base na cooperação operacional com a NATO, segundo os acordos “Berlim Mais”. A Rússia continuou a sua aproximação ao Ocidente, com maior ênfase para a Europa. No entanto, a aproximação dá-se em função das suas sensibilidades soberanas. Por um lado, a Rússia tem interesse em aproximar-se da UE, para se afirmar enquanto actor internacional. Por outro lado, a Rússia prossegue uma política própria na sua vizinhança imediata, que colide com os valores comuns assumidos na relação com o Ocidente, depositados na OSCE e no Conselho da Europa. A concretização da relação UE-NATO também modificou as perspectivas russas sobre a arquitectura de segurança europeia. A perspectiva de uma Europa mais desligada da NATO é pouco consistente e a necessidade de cooperação com a PESC/PESD, para além da NATO, é cada vez mais premente. A institucionalização da relação

de cooperação deu como principal fruto operacional a participação Russa na missão de polícia da UE na Bósnia-Herzegovina, em 2003. As primeiras declarações sobre segurança no âmbito do diálogo político foram adoptadas em 2000, 2001, 2002 e 2003, tomando maior relevância, a partir de 2003, com o objectivo de criar um espaço comum de cooperação no domínio da segurança externa.

A Cimeira de São Petersburgo de Maio de 2003 foi um ponto de viragem na institucionalização da relação UE-Rússia. O seu principal resultado foi o compromisso de criar quatro espaços comuns: um espaço económico comum; um espaço comum de liberdade, segurança e justiça; um espaço comum de cooperação no domínio da segurança externa; e um espaço comum de investigação e ensino, incluindo a cultura. A introdução do conceito "espaços comuns" parece-nos uma necessidade da Rússia na véspera do alargamento da UE aos PECO: uma vez que não é um Estado-Membro, a Rússia tem de encontrar formas de não se tornar periférica. Assim, o conceito parece-nos remeter para uma candidatura russa à UE *por proxi*<sup>12</sup>. A concretização desses espaços é levada a cabo através dos planos de acção, adoptados em 2005.

Os instrumentos de cooperação encontram-se em reestruturação na nova UE alargada, à luz do conceito "*Wider Europe*". Bruxelas enceta assim uma nova relação estratégica, com a sua Política Europeia de Vizinhança, o Instrumento Europeu de Vizinhança e de Parceria (desde Janeiro de 2007) e uma visão renovada da sua parceria, mais exigente. Os Balcãs tornaram-se uma questão de segurança "normalizada" no diálogo e na cooperação, surgindo agora o desafio de cooperar em outras situações de gestão de crise, como na Moldávia. A ambição da UE na sua relação com a Rússia teve certamente mais resultados na área económica e comercial, devido ao facto de essa área ter vindo a ser mais desenvolvida desde 1997. As questões de segurança irão certamente levantar mais susceptibilidades, embora as declarações conjuntas tendam a aprofundar a cooperação em gestão de crises. Desde Maio de 2005, foi criado um plano de acção para o espaço comum de segurança externa (Council of the European Union 2005). Ele sintetiza as prioridades nessa área. Face à maior afirmação da UE enquanto actor internacional, e aos alargamentos de Maio de 2004 e Janeiro de 2007, a necessidade estratégica da relação com a Rússia aumentou. O diálogo político e as iniciativas da UE, sobretudo através da Comissão Europeia, assumiram essa necessidade. A correspondência russa e a consistência, na relação UE-Rússia, entre os objectivos, os meios e a vontade política são os desafios hodiernos.

## **II.2. A relação estratégica face às crises e aos imperativos de curto prazo**

A relação estratégica UE-Rússia coloca-se no longo prazo. No entanto, os problemas a resolver surgem no curto prazo e põem à prova uma relação em construção que precisa de tempo, por ser recente e altamente sensível, entre actores que constroem uma confiança mútua, inexistente no rescaldo da Guerra Fria. A interpretação do caso da contestação dos resultados eleitorais nas presidenciais ucranianas, de Novembro de 2004, pode ser enquadrada nessas características. O desentendimento russo-europeu teve um alcance simbólico acrescido, uma vez que a décima quarta Cimeira UE-Rússia, de 25 de Novembro, na Haia, teve lugar no dia seguinte à comunicação dos resultados eleitorais

contestados. A agenda do encontro era especialmente importante num contexto de dinamização da parceria estratégica, encetada sobretudo desde 2003 (S. Petersburgo). Previa-se a adopção dos planos de acção para concretizar os quatro espaços comuns, acima referidos. A adopção de objectivos e de acções para os concretizar ficou adiada para a Cimeira de Maio de 2005, atrasando assim a tarefa primordial de clarificar os limites até onde os parceiros querem levar a relação. Por parte da UE, relativamente ao espaço comum de segurança externa, existia a vontade de introduzir uma novidade: colocar como prioridade geográfica deste espaço a “vizinhança comum” (Bielorússia, Moldávia, Geórgia) [Ferrero-Waldner 2004]. De facto, esse encontro não trouxe os avanços esperados e ficou-se pelas declarações políticas e as congratulações pelas realizações anteriores.

Apesar da divergência acerca da crise na Ucrânia, que paralisou as negociações, não houve rupturas diplomáticas na Cimeira: a linguagem de cortesia prevaleceu e Putin optou por ser menos provocador, comparativamente às suas intervenções anteriores. O obstáculo principal à aprovação dos “Road Maps” foi a noção de “vizinhança comum”, cara à UE, e a sua operacionalização. “Russia is suspicious of the EU’s push to regard countries such as Ukraine as a ‘common neighbourhood’ for which the two sides share a measure of responsibility” (Dombey e Ostrovsky, 2004). Tanto Bruxelas como o Kremlin evitaram uma confrontação directa acerca de Kiev, o que não deixa de ser um sinal positivo no trabalho de aproximação realizado desde o fim da Guerra Fria. Os interesses eram diferenciados: para a UE, tratava-se de um desafio de estabilização da sua fronteira externa no âmbito da “Wider Europe”, através da democratização de um Novo Estado Independente; para a Rússia, para além das questões históricas e de o facto de ser uma “democracia inacabada”, tratou-se da afirmação das suas características pós-imperiais. Moscovo procura manter uma posição relevante numa Europa cada vez mais definida pela UE. A divergência de abordagens às eleições ucranianas pode ser sintetizada nos conceitos de “zona de influência” para o Kremlin versus “política de vizinhança” para Bruxelas, à qual Moscovo reage com reticências. Isso explica-se pela sensibilidade soberana russa naquilo que considera ser o seu “estrangeiro próximo”<sup>13</sup>. Esta susceptibilidade traduz-se na prática em prerrogativas soberanas, especialmente visíveis na sua política caucasiana. Aqui reside o ponto principal de fricção com a UE e o Ocidente, porque o Kremlin não respeita inteiramente os princípios e os valores comuns assumidos, acima referidos.

Existem igualmente assimetrias na relação<sup>14</sup>, nomeadamente nas percepções de soberania dos actores. O processo de integração europeia incarna valores pós-modernos de soberania relativa, tendencialmente opostos aos princípios tradicionais da política internacional, e que contrastam com o conceito russo de soberania territorial. Existe também uma duplicidade nos objectivos da política externa de Putin. Por um lado, ele prossegue com a tendência de integração no espaço ocidental. Por outro lado, dá-se uma reafirmação da soberania russa, da defesa da integridade territorial e da segurança interna. A segunda vertente tem contribuído para prejudicar as políticas integracionistas com a Europa e os Estados Unidos da América (Lynch, 2004: 100 e 102; Strategic Survey, 2003: 120). Assim, quando a Rússia persiste em concretizar as duas orientações, ela torna-se incompatível com a UE. Moscovo quer, por um lado, uma relação estratégica baseada presumivelmente em regras comuns e, por outro lado, quer recuperar o domínio sobre o “estrangeiro próximo”, segundo as suas próprias regras. O problema central da relação, que a crise ucraniana evidenciou, é o défice de partilha efectiva de princípios e valores comuns, o que não diminuiu a necessidade de cooperação UE-Rússia para



resolver a crise. Essa cooperação não teve a forma de uma acção conjunta positiva mas o facto das partes terem moderado uma confrontação directa, apesar de afirmarem em várias sedes os seus apoios diferenciados aos dois candidatos, permitiu uma resolução interna do problema, com a realização de um novo escrutínio em Dezembro de 2005. O principal desafio para a Ucrânia consistiu em fortalecer as suas perspectivas de integração nas instituições ocidentais.

O balanço da crise ucraniana para as relações UE-Rússia deve ser mitigado relativamente a uma avaliação demasiado negativa. A velocidade não tem caracterizado a evolução da relação mas ela aprofundou-se progressivamente sem recuos, apesar de ter atravessado várias crises (nomeadamente, os conflitos na ex-Jugoslávia e o alargamento da NATO). Ela encontra-se ainda numa fase de construção da confiança política e de aceitação e compreensão mútua. Iastrjembki, conselheiro político de Putin, afirmava relativamente à Cimeira da Haia: “[e]spérons que chacun de nous comprendra au moins les arguments évoqués par l’autre”<sup>15</sup> (Ferenczi e Rivais, 2004). Actualmente, a UE enfrenta o problema de uma certa desilusão relativamente à Rússia: “[a] deriva autoritária de Putin ao nível interno deixou a Europa sem o argumento da ‘partilha de valores’” (Sousa, 2004). A necessidade estratégica é mútua, de natureza mais económica para a Rússia e mais política (segurança internacional) e energética para a UE. O “episódio ucraniano” veio sublinhar os limites de um relacionamento que oscila entre oportunidades e desafios, que se colocam a uma relação com uma margem considerável remanescente para uma maior aproximação.

Mais recentemente, Putin foi o convidado de honra do jantar que encerrou a cimeira informal da UE em Lahti, na Finlândia, a 20 de Outubro de 2006. O tema do encontro de alto nível correspondeu a uma das prioridades da agenda de cooperação entre Bruxelas e Moscovo: a elaboração de uma estratégia energética de conjunto. No entanto, o Presidente russo revelou-se um convidado difícil de acomodar, num contexto em que a Comissão Europeia e a presidência finlandesa procuravam não hostilizar, com críticas directas, um parceiro incontornável. Em termos de impacto de opinião pública e de ambiente diplomático, a UE teve ainda a desvantagem de receber Putin, com distinção, no contexto muito inoportuno de crise georgiana, de morte da jornalista Politovskaia e dos comentários imprudentes do presidente russo sobre o escândalo sexual em torno do presidente israelita. No entanto, o agendamento antecipado do encontro exemplifica que a UE tem uma estratégia de longo prazo para com a Rússia e não está refém de impulsos conjunturais.

O objectivo desse exercício diplomático era o de preparar a última cimeira bianual da UE com a Rússia, que teve lugar a 24 de Novembro de 2006, tradição consolidada desde 1998 após a entrada em vigor do Acordo de Parceria e Cooperação, acima referido. Na verdade, aquilo que Bruxelas espera de Moscovo no dossier energético – para além das questões concretas de segurança nos abastecimentos e da abertura do mercado da exploração dos recursos em solo russo – vem na continuidade da relação construída desde o fim da Guerra Fria: que Moscovo se torne um parceiro credível e transparente. A Rússia é por natureza um interlocutor “especial” da UE e esse último convite vem demonstrá-lo, da mesma maneira que foi simbólica politicamente a participação de Putin no Conselho Europeu de Estocolmo, em Março de 2001. O objectivo dos dois convites consistia em melhorar o diálogo do Kremlin com todos os Estados-Membros da UE e enviar um sinal forte a Moscovo sobre a vontade da UE em cooperar. O resultado concreto do jantar foi a abertura de Putin para a introdução, no novo quadro de cooperação a ser delineado a partir de 2007, dos princípios de transparência e abertura contidos na actual Carta Europeia de energia, que Moscovo assinou em 1994 mas recusa

ratificar. Desde 2003, na sequência da cimeira de S. Petersburgo e de uma comunicação da Comissão Europeia de 2004 (Comissão Europeia, 2004), a UE procurou enaltecere a dimensão estratégica da sua parceria com a Rússia, com uma revisão de atitude mais proactiva e exigente face a Moscovo. Essa nova exigência resultava da necessidade de aprofundar os esforços de cooperação encetados institucionalmente desde 1994 e da visão renovada da Europa alargada (Maio 2004), plasmada em documentos, em jeito de doutrina, em 2003, pela Comissão Europeia e pelo Conselho Europeu. Até hoje, deu-se uma aproximação notável e contínua entre os dois maiores actores europeus que permitiu um diálogo político estruturado, inexistente há 16 anos atrás. Esse trabalho corresponde globalmente à tendência russo-europeia de procurar pesar na redistribuição mundial do poder, face ao papel hegemónico dos Estados Unidos da América.

Conforme aquilo que evidenciamos previamente, a existência de desconfianças e dificuldades na relação não deve implicar uma desvalorização do *acquis* existente. Se é certo que as questões contenciosas foram evitadas no jantar de Sexta-feira 20 de Outubro, isso não anula o facto de ter existido um fórum. O custo de não hostilizar a Rússia nas questões internas é certamente prejudicial no campo dos princípios e valores comuns, assumidos por Moscovo em toda a sua relação com Bruxelas mas não partilhados realmente. No entanto, existe um benefício: manter os canais de comunicação abertos. Não se pode dizer que a UE não tem abordado as questões de desacordo, nomeadamente a Chechénia ou ainda o caso da Transnistria moldava. Desde o fim da Guerra Fria, as opções estratégicas da Rússia têm demonstrado a aceitação de um *statu quo*, imposto pela sua posição mais fraca na balança de poder regional e mundial. Esse *statu quo* explica a sua aproximação à UE nos domínios sobretudo económico e comercial mas também, mais recentemente, de segurança e defesa. Nessa última área, a tarefa de acomodação foi mais desenvolvida no seio da NATO, o que permitiu às partes encontrar um *modus vivendi* favorável a um clima de cooperação sustentada, apesar de terem demonstrado posições *a priori* opostas. A aceitação da NATO como principal vector da segurança europeia aparece, portanto, como a aceitação provisória de um *statu quo* oriundo da fraca posição relativa da Rússia na balança de poder. Não é, portanto, aceite como um facto imutável mas uma necessidade transitória para evitar a marginalização do Kremlin na gestão da segurança europeia.

Moscovo encontra-se na situação desconfortável de ter perdido os seus antigos aliados e de procurar manter uma posição relevante numa Europa cada vez mais definida pela UE. A divergência das abordagens sobre as crises enfrentadas mais recentemente – as eleições presidenciais ucranianas de Novembro de 2004, os cortes de fornecimento de gás russo durante os invernos aos seus vizinhos, a questão chechena, a ocidentalização da Geórgia e os seus problemas territoriais na Abkhazia e Ossétia do Sul, a eliminação criminosa dos opositores ao regime – pode ser sintetizada nos conceitos de “zona de influência” para o Kremlin *versus* “política de vizinhança” para Bruxelas, à qual Moscovo reage com reticências (ver acima).

A distensão no relacionamento de Moscovo com Washington, proporcionada pelo 11 de Setembro e pela presidência de Putin, deixou lugar a um novo ciclo, desde 2003, criado pela guerra no Iraque. A crise iraquiana pode ter transmitido à Rússia a ideia que a NATO e a UE já não são tão importantes para promover o seu papel internacional, dado o não funcionamento da PESC e os problemas no seio da NATO, em torno da crise de 2003. A compreensão da importância, por Moscovo, do papel da UE na segurança europeia tem sido condicionada pelo sentimento anti-NATO e mal interpretado pela Rússia, uma vez que desejava uma PESC e uma PESD desligada dos Estados Unidos da América. A

percepção das suas relações estratégicas sofreu portanto revisões, face à afirmação do hiperpoder norte-americano. No seu discurso anual à nação, a 10 de Maio de 2006, Putin advogou uma Rússia forte em contrapeso do poder de Washington. A 10 de Fevereiro de 2007, no encontro anual sobre segurança, em Munique, Putin pronunciou um discurso assinável para a clarificação das perspectivas russas. No momento em que uma nova doutrina militar está a ser delineada, e divulgada desde Janeiro (Litovkine, 2007), as pretensões russas no SI denunciam o excesso de unilateralismo norte-americano: “the Cold War has not returned, but Russia is now officially asserting itself as a great power, and behaving accordingly” (Friedman, 2007). Assim, Moscovo posiciona-se hoje, nos grandes dossiers internacionais, de maneira a afirmar a sua posição mundial, percepcionada como mais favorável. Em meados de Novembro de 2006, a Rússia adquiriu credibilidade ao fechar as negociações bilaterais com Washington para a sua entrada na Organização Mundial do Comércio, podendo assim ser prevista para 2007. O Kremlin utiliza igualmente uma capacidade de criar ruído na solução à crise iraniana, norte-coreana ou ainda sobre o estatuto final do Kosovo. Isso permite-lhe conservar margens de manobra na Geórgia, na Chechénia ou ainda na Transnistria, a fim de afirmar os seus interesses nacionais, baseados numa concepção territorial de soberania. Globalmente, Moscovo tem conseguido uma maior afirmação internacional usando o monopólio dos seus recursos energéticos abundantes, e criando trocas com os assuntos em que os parceiros precisam do apoio russo, não utilizando por exemplo o seu veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas ou deixando a diplomacia europeia actuar. Assim, a Rússia consegue manter o seu ascendente sobre a Geórgia porque coloca na balança negocial as outras questões em que pode pesar contra Washington.

Assistimos, em 2006, a mudanças nas escolhas estratégicas devido a uma percepção de maior poder do Kremlin na balança mundial. Dois mil e seis é um ano em que Moscovo verifica e demonstra que, no domínio energético, é uma grande potência. Isso confere-lhe um poder negocial acrescido face à dependência energética da UE (gás essencialmente), reforçado pela presidência do G8, cuja cimeira estival se debruçou sobre a segurança dos abastecimentos. O tema dominou igualmente o encontro bilateral com a Chanceler alemã, em Abril, e com o Presidente francês, em Setembro. São os dois parceiros europeus mais inclinados a não criticar Putin sobre os desvios autoritários do sistema de governo russo e a separar questões de Direitos humanos da discussão da agenda técnica. Claramente, para além da necessidade estratégica da Europa de contar com a parceria russa nesse domínio, trata-se de negociar o novo quadro institucional de cooperação, no fim da vigência do actual Acordo de Parceria e Cooperação, a 30 de Novembro de 2007<sup>16</sup>. Assim, o facto de Putin não ter sido confrontado firmemente no jantar de Lahti, por exemplo, com a nova lei russa sobre as Organizações Não Governamentais, que limita o seu número e a sua acção, com a questão chechena e a liberdade de opinião, com o homicídio da jornalista Politovskaia ou ainda com o embargo à Geórgia, reflecte dois aspectos essenciais na relação da UE com a Rússia. O primeiro é a vontade de manter um diálogo político com a Rússia que poderá conduzir a uma relação estratégica de longo prazo, e o segundo consiste em fazer com que a Rússia não questione o valor acrescentado das suas opções europeias. Paradoxalmente, apesar da aproximação vivida, a Federação Russa de hoje é um parceiro mais difícil e talvez menos cooperativo que a Rússia incerta do início dos anos 90. O padrão de aproximação tem sido de não hostilizar Moscovo nos assuntos internos para criar e manter um diálogo alargado. A Comissão Europeia de Durão Barroso e a presidência finlandesa mostraram, nos últimos encontros com Putin, ter percebido que os problemas

de compatibilidade da Rússia com a UE – quando se trata de concepções de soberania e de condutas pouco solidárias na vizinhança comum ou ainda do endurecimento do regime – não podem resistir ao facto de que quando se trata de energia, a Rússia é uma grande potência e é reconhecida e tratada como tal.

O período pós-Guerra Fria é um passado histórico recente, quase uma “história do presente”. No entanto, o padrão de evolução da relação entre a UE e a Rússia foi de aproximação e de tentativa de resolução dos conflitos (ex-Jugoslávia), numa lógica de criação de confiança, através do diálogo político sobre segurança e defesa, institucionalmente sustentado. Não existem sucessos sonantes na relação, no entanto a parceria estratégica está delineada e progrediu, figurando hoje na agenda de cooperação os conflitos não resolvidos situados na “vizinhança comum”. Um certo equilíbrio da balança de poder explica a razão da cooperação russa com a UE e com a NATO, com motivações diferenciadas mas interligadas; é todavia a institucionalização da cooperação que explica a continuidade e o aprofundamento da relação. Aqui residiriam as perspectivas de paz para a Europa. Do ponto de vista russo, os avanços do processo de integração europeia são especialmente importantes para possibilitar a autonomização dos Europeus em relação aos Estados Unidos e à NATO. A questão da continuidade da aceitação pela Rússia do *statu quo* é talvez a fonte de maior incerteza, que a institucionalização da relação de cooperação contribui para atenuar. A Rússia do período pós-2001 é relativamente mais forte no seu relacionamento com a UE, devido à sua estabilização interna, e à modificação da sua posição relativa de poder (nomeadamente, pelo factor energético), que pode alterar a orientação estratégica conseguida; isso apesar de a Rússia ser ainda um parceiro com muitas necessidades. Permanece, portanto, uma escolha de perspectiva sobre a maturidade da relação: podemos optar por ver a taça meia cheia ou meia vazia.

---

<sup>1</sup> É interessante sublinhar a especificidade da UE na sua política externa, retomando a observação de Schmitt: “[d]ans une société dont la raison d’être est d’ordre économique et dont l’organisation, c’est-à-dire le fonctionnement prévisible, se situe dans des catégories économiques, il n’est point de considération, quoi que l’on puisse imaginer, qui permette d’exiger d’un nombre quelconque de cette société qu’il sacrifie sa vie dans l’intérêt de son bon fonctionnement” (1992: 89). A evolução do processo de integração é caracterizada pela aplicação do “método Monnet” e por uma integração económica e monetária, ficando a dimensão política por aprofundar. Assim, a UE é um actor ambíguo, no domínio da segurança, face à Rússia.

<sup>2</sup> Acerca da evolução da política externa russa na era Ieltsine e Putin ver: Fernandes (2006), Herspring (2003) Sakwa (2002), Zwang e Zwang (2004) e Thumann (2002).

<sup>3</sup> O termo “estabilidade” é aqui utilizado com a acepção seguinte: um equilíbrio de balança de poder em que existe a manutenção de uma situação particular de distribuição de poder. Não o utilizamos como sinónimo de paz.

<sup>4</sup> O PCA é a base de todas as relações entre a UE e a Rússia e instaura domínios de cooperação abrangentes, políticos e económicos. Os desenvolvimentos na cooperação, propiciados pelo Acordo, decorrem sobretudo das cimeiras bianuais de alto nível (no plano do diálogo político), que permitem concretizar e desenvolver as disposições previstas. O PCA é um acordo misto, que prevê o estabelecimento de uma zona de comércio livre entre a UE e a Rússia.

<sup>5</sup> Merle escreve, acerca da mundialização económica: “mais on sent toujours davantage la nécessité qu'à cette internationalisation croissante de l'économie correspondre l'existence de bons organismes internationaux de contrôle et d'orientation, afin de guider l'économie elle-même vers le bien commun, ce qu'aucun Etat, fût-il le plus puissant de la terre, n'est plus en mesure de faire” (1995: 109).

<sup>6</sup> A paz perpétua faz parte da filosofia kantiana, que também influenciou a corrente liberal das relações internacionais com o essencialismo e questões de ética (justiça e equidade).

<sup>7</sup> A partir das reformas da Conferência Intergovernamental de 2000, que deram lugar ao Tratado de Nice, em Dezembro de 2000, a UEO passou a ser integrada na UE.

<sup>8</sup> “States have been and remain the most important actors in world affairs” (Keohane e Nye em Keohane 1989: 1).

<sup>9</sup> Keohane tem um propósito similar: “I believe that a comparison of neorealist interpretations of alliances with a sophisticated neoliberal alternative would show that neoliberal theory provides richer and more novel insights, without sacrificing the valuable arguments of neorealism” (1989: 15).

<sup>10</sup> Os NEI são: a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia, o Turquemenistão, o Casaquistão, o Quirgístão, a Moldávia, o Tajiquistão, a Ucrânia e o Uzbequistão.

<sup>11</sup> O Programa TACIS foi fundido, em Janeiro de 2007, no novo instrumento único “Instrument Européen de Voisinage et de Partenariat no âmbito da Política Europeia de Vizinhança, embora a Rússia não seja um país parceiro desta última.

<sup>12</sup> Notamos que a convergência fomentada pelo PCA e pelo programa de cooperação técnica TACIS equivale a uma aproximação ao *acquis* comunitário e que o documento estratégico russo elaborado em 1999 revela aspirações integracionistas, nas áreas económicas e comerciais.

<sup>13</sup> O “estrangeiro próximo” corresponde aos catorze Novos Estados Independentes que integravam coercivamente a ex-URSS. Esta zona de interesse vital, ou pelo menos de esfera de influência, é fundamental na percepção das ameaças por parte de Moscovo.

<sup>14</sup> Sobre a natureza assimétrica da relação, ver (Vahl, 2001).

<sup>15</sup> O analista político Simonov sublinha a falta de compreensão da UE em relação à Rússia, no contexto da Cimeira da Haia de 25 de Novembro e das eleições presidenciais ucranianas. Ele exprime assim o sentimento existente em certos meios russos. O autor afirma, relativamente à Cimeira, que “é justamente o quinto espaço comum que ultimamente se encontra em redução progressiva. Este espaço é o da confiança”. Ele também aponta para a “falta de sensibilidade para os problemas e as dificuldades russas” como causa da “crise de confiança entre a Rússia e a UE”. Ele adverte igualmente para o seguinte facto: “sem uma Rússia potente, forte e influente ao lado, a UE corre o risco de se transformar numa ilha vulnerável num oceano de instabilidade crescente” (2004).

<sup>16</sup> Para uma análise dos cenários possíveis para substituir o actual PCA, ver (Emerson, 2006).

## Referências

- Comissão Europeia (2004) “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre as Relações com a Rússia. COM(2004)106 final”. Bruxelas (10 de Fevereiro).
- Conselho Europeu (2003) “Conclusões da Presidência. Conselho Europeu de Bruxelas, 12/13 de Dezembro de 2003 (5381/04)”. Council of the European Union (2005) “15th EU-Russia summit. Moscow, 10 May 2005. 8799/05 (Presse 110).” [http://ue.eu.int/Newsroom] (22-11-2005)
- Emerson, Michael (et al.) (2006) “A New Agreement between EU and Russia: Why, what and when?”, *CEPS Policy Brief* n.º 103/ May 2006.
- Emerson, Michael (et al.) (2001) *The Elephant and the Bear. The European Union, Russia and their Near Abroads*. Center for European Policy Studies. Brussels.

- European Commission (2003) "Wider Europe – Neighbourhood: A New Framework for Relations with Our Eastern and Southern Neighbours. COM(2003)104 final", Brussels (11 March).
- European Commission (2003b) "Paving the Way for a New Neighbourhood Instrument. COM(2003)393 final", Brussels (1 July).
- European Commission (2003c) "INTERREG III: financing". [[http://europa.eu.int/comm./regional\\_policy/interreg3/finan/finan\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm./regional_policy/interreg3/finan/finan_en.htm)] (11-07-2004).
- European Commission (2004) "What is the European Neighbourhood Policy (ENP)" [[http://europa.eu.int/world/enp/policy\\_en.htm](http://europa.eu.int/world/enp/policy_en.htm)] (02-07-2004).
- Ferenczi, Thomas e Rafaële Rivais (2004) "L'Union européenne envoie un émissaire à Kiev et veut dire 'haut, clair et fort' à la Russie son désaccord.", *Le Monde* (26 Novembre)
- Fernandes, Sandra Dias (2006) *Europa (In) Segura. União Europeia, Rússia, Aliança atlântica: a Institucionalização de uma Relação Estratégica*. Principia. Lisboa.
- Ferrero-Waldner (2004) "EU-Russia Summit. The Hague, 25 November 2004. EU/Russia: The four 'common spaces'" [[http://europa.eu.int/comm./external\\_relations/Russia/summit\\_11\\_04/m04\\_26.htm](http://europa.eu.int/comm./external_relations/Russia/summit_11_04/m04_26.htm)] (06-12-2004)
- Friedman, George (2007) "Russia's Great-Power Strategy. 13-02-2007", *Geopolitical Intelligence Report*. [[www.stratfor.com](http://www.stratfor.com)] (19 de Fevereiro de 2007).
- Griffiths, Martin e Terry O'Callaghan (2002) *International Relations. The Key Concepts*. Routledge.
- Herspring, Dale R. (ed.) (2003) *Putin's Russia*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. Lanham.
- Holsti, K. J. (1998) "The Problem of Change in International Relations Theory", *Institute of International Relations of British Columbia: Working Paper* (n.º 26, December).
- Kaminsky, Catherine e Simon Kruk (1993) *Le nouvel ordre international*. PUF.
- Keohane, Robert e Joseph Nye (1977) *Power and Interdependence. World Politics in Transition*. Little, Brown and Company.
- Keohane, Robert O. (1989) *International Institutions and State Power. Essays in International Relations Theory*. Westview Press.
- Keohane, Robert (1993) "The Diplomacy of Structural Change: Multilateral Institutions and State Strategies", Haftendorn, Helga e Christian Tuschhoff (eds.). 1993. *America and Europe in an Era of Change*. Westview Press.
- Litovkine, Viktor (2007) "La nouvelle doctrine militaire russe. Général Gareev: 'La Russie sera l'arbitre géopolitique des conflits à venir'", 26 janvier. Agence Ria Novosti [<http://www.voltairenet.org/article144842.html#article144842>] (19-02- 2007).
- Lorot, Pascal e François Thual (2002) *La géopolitique*. Montchrestien. Paris.
- Lynch, Dov (2004) "Russia's Strategic Partnership with Europe", *The Washington Quarterly* (Spring, 27: 2): 99-118.
- Mearsheimer, John J. (1998) "The False Promise of International Institutions". In Brown, Michael et al. 1998. *Theories of War and Peace*. International Security Reader: 329-395.
- Mearsheimer, John J. (2001) *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Company.
- Morgenthau, Hans J. (1985) *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace (6th Edition)*. Alfred A. Knopf. New York.
- Nikonov, Vyacheslav (2004) "Russia and European Community: Politics and Economics", Russian Summer Session "The Europe/Russia Relations in the New Enlarged Europe", Moscow (15-23 July): International University of Moscow.
- Nye, Joseph S., Jr. (2002) *Compreender os Conflitos Internacionais. Uma Introdução à Teoria e à História*. Gradiva. Lisboa.
- Ramel, Frédéric (2002) *Philosophie des relations internationales*. Presses de Sciences Po.
- Renouvin, Pierre e Jean-Baptiste Duroselle (1991) *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*. Armand Colin.

- Roche, Jean-Jacques (1999) *Théories des relations internationales (a)*. 3.<sup>a</sup> ed. Montchrestien.
- Ross, George (2000) "Un seul objectif, faire des affaires. La nouvelle diplomacie", *Le Monde Diplomatique* (agosto): 3.
- Ruggie, John (1992) "Multilateralism: The Anatomy of an Institution", *International Organization* (46, 3): 561-598.
- Sakwa, Richard (2002) *Russian Politics and Society*. 3.<sup>a</sup> ed. Routledge. London.
- Schmitt, Carl (1992) *La notion de politique. Théorie du partisan*. Flammarion.
- Simonov, Vladimir (2004) "Qual a origem da russofobia na União Europeia." [<http://port.pravda.ru/opinion/2004/11/25/6606.html>] (27-12-2004).
- Sousa, Teresa de (2004) "A Europa desunida face à Rússia.", *PÚBLICOnline*, 26 de Novembro.
- Spiegeleire, Stephan De (2002) "Europe's Security Relationship with Russia: Staying the Course", *ESF Working Paper*, (6, March).
- Strategic Survey (2003) *Strategic Survey 2002/03*. Oxford University Press for The International Institute for Strategic Studies. London.
- Thumann, Michael (2002) *La puissance russe. Un puzzle à reconstituer?* Alvik Éditions. Paris.
- Vahl, Marius (2001) "Just Good Friends? The EU-Russian 'Strategic Partnership' and the Northern Dimension" *CEPS Working Document* (166, March).
- Waltz, Kenneth N. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*. Gradiva. Lisboa.
- Zwang, Annie e Philippe Zwang (2004) *De la Russie de Catherine II à la Russie d'aujourd'hui. 1762-début du XXI.<sup>e</sup> siècle*. Ellipses. Paris.